



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Projeto de Gestão de Superendividamento**

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51)3210-6500 - Email:  
superendividamento@tjrs.jus.br

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 5026997-40.2023.8.21.0010/RS**

**AUTOR:** MARI SILVIA SALETE TURMINA FERRI

**RÉU:** BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - BANRISUL

**RÉU:** AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA

**RÉU:** BANCO DO BRASIL S/A

**RÉU:** COOPERATIVA DE CREDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS E EMPREGADOS DA CELG LTDA

**RÉU:** GERU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO SA

**RÉU:** LIDIA BANK SECURITIZADORA S/A

**RÉU:** AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

**RÉU:** BANCO AGIBANK S.A

**RÉU:** TUDO SERVICOS - S/A

**RÉU:** BANCO PAN S.A.

**RÉU:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

**RÉU:** FC FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

**RÉU:** ITAU UNIBANCO S.A.

**RÉU:** NEON PAGAMENTOS SA INSTITUICAO DE PAGAMENTO

**RÉU:** NOVERDE CORRESPONDENTE BANCARIO LTDA.

**RÉU:** NU FINANCEIRA S.A. - SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

**RÉU:** REALIZE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

**DESPACHO/DECISÃO**

1. A parte ré **AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA**, no evento 223, EMBDECL1, opôs embargos declaratórios sustentando, em síntese, a ocorrência de omissão na fundamentação da sentença do evento 193, SENT1.

Relatei.

Decido.

Conheço do recurso, porque tempestivo.

**ACOLHO** os embargos opostos, tão somente para suprir a omissão no que diz com a análise da preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela embargante, a qual, adiante merece procedência, tendo em vista que não possui relação jurídica com a demandante.

Verifico que a parte autora, inclusive, emendou a inicial, evento 172, EMENDAINIC1, solicitando a exclusão da credora embargante e a inclusão da credora correta, qual seja, **ÁGIL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, CNPJ 36.947.229/0001-85, sediada na Avenida Jorge Vieira, 257, Centro, Monte Belo/MG, CEP 37115-000.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**Projeto de Gestão de Superendividamento**

Desta forma, retifique-se o polo passivo com a inclusão da credora **ÁGIL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, bem como exclua-se da lide a embargante **AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA**.

2. No mais, considerando a manifestação das credoras, evento 221, PET1, evento 224, PET1 e evento 227, PET1, **NEON PAGAMENTOS SA INSTITUICAO DE PAGAMENTO, COOPERATIVA DE CREDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS E EMPREGADOS DA CELG LTDA e GERU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO SA**, determino a exclusão destas da lide.

3. Outrossim, determino a substituição processual com base artigo 17 e 18 do CPC, devendo ocorrer a citação da seguintes credoras:

**GERU FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, CNPJ 32.902.582/0001-98, situada na Rua Mateus Grou, 476, 4o andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP: 05415-040;

**ÁGIL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, CNPJ 36.947.229/0001-85, sediada na Avenida Jorge Vieira, 257, Centro, Monte Belo/MG, CEP 37115-000..

Ainda, intinem-se acerca do deferimento parcial da tutela de urgência no evento 16, DESPADEC1, estendida às credoras inclusas.

4. No mais, considerando que já angularizado o feito, intimo as partes rés acerca dos pedidos de inclusão formulado pela parte autora, evento 136, EMENDAINIC1 e evento 172, EMENDAINIC1, no que diz com a inclusão dos credores **QI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., FIDC EMPÍRICA NOVERDE EP e SICOOB MERIDIONAL**, bem a teor da disposição do artigo 329, II, do Código de Processo Civil.

5. Por fim, JULGO EXTINTO o feito com base no artigo 485, VI, CPC/15 e, DECLARO ilegítimas as demandadas **AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, NEON PAGAMENTOS SA INSTITUICAO DE PAGAMENTO, COOPERATIVA DE CREDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS E EMPREGADOS DA CELG LTDA e GERU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO SA**, bem como determino a exclusão da lide destas.

Custas e honorários dos procuradores das demandadas declaradas ilegítimas que fixo em R\$ 1.500,00, com base no art. 85, parágrafo 2o do CPC, pela parte autora. SUSPENSA a exigibilidade do pagamento, em vista da AJG.

Agendada intimação eletrônica.

---

Documento assinado eletronicamente por **KAREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO**, Juíza de Direito, em 12/7/2024, às 16:40:0, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), informando o código verificador **10063216335v9** e o código CRC **ad9e5afc**.

---